

O USO DO ESPAÇO RESIDENCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO DURANTE O PERÍODO COLONIAL

Rogério Novakoski¹

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p218

Resumo

Este artigo propõe uma análise do programa funcional das casas coloniais da elite social paulistana, principalmente dos sobrados dos séculos XVIII e XIX, na área urbana da cidade, para a melhor compreensão do uso espacial da área interna dessas casas, do modo de vida e das necessidades de seus proprietários, da relação entre homens e mulheres e da convivência com os escravos dentro da mesma edificação. Muito se fala da estética arquitetônica, no entanto há poucos estudos sobre o programa funcional e suas mudanças com o passar do tempo. Hoje, não se sabe tanto sobre o modo de vida dentro dos casebres e sobrados do período colonial em São Paulo, mesmo porque, infelizmente, não se tem mais uma arquitetura existente capaz de contar bem a história dos primeiros séculos da cidade. A

1. Rogério Novakoski é arquiteto com mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela FAU Mackenzie, e especialização em Desenho Ambiental e Arquitetura da Paisagem pela FAU Mackenzie. É professor nas áreas de Arquitetura e Design de Interiores na Unip e em cursos técnicos do Senac. Email: rogerionovakoski@terra.com.br

metodologia desta pesquisa é bibliográfica e documental, pautada em levantamentos e análises de trabalhos nas áreas da Arquitetura, do Urbanismo, da Sociologia e da Antropologia; e também em algumas figuras e fotografias.

Palavras-chave: São Paulo. Arquitetura colonial. Programa funcional.



THE USE OF SPACE HOUSES IN SAO PAULO CITY DURING COLONIAL PERIOD

Abstract

This article proposes an analysis of the functional program of the houses in the colonial period, of the social elite of Sao Paulo city, especially the houses of the eighteenth and nineteenth centuries, in the urban area, for better understanding of spatial use of the internal area of these houses, the way of life and the needs of their owners, the relationship between men and women and the coexistence with the slaves within the same building. Much is said of the architectural aesthetics however there are few studies on the functional program and its changes over time. Today, not much is known about the way of life within the modest homes and the big houses of the colonial period of the city of Sao Paulo, because unfortunately we have no more architecture to tell the story of the early centuries of the city. The research methodology is bibliographical and documentary, based on surveys and analysis work in the areas of Architecture, Urbanism, Sociology and Anthropology; and also in some figures and photographs.

Keywords: Sao Paulo. Colonial architecture. Functional program.

EL USO DEL ESPACIO RESIDENCIAL EN LA CIU- DAD DE SAO PAULO DURANTE EL PERÍODO CO- LONIAL

Resumen

En este artículo se propone un análisis del programa funcional de las casas coloniales de la élite social de Sao Paulo, en especial las casas de los siglos XVIII y XIX, el área urbana de la ciudad para la mejor comprensión de la utilización espacial de la zona interna de estas casas, modo de vida y necesidades de sus propietarios, la relación entre hombres y mujeres y la convivencia con los esclavos dentro del mismo edificio. Se habla mucho de la estética arquitectónica, sin embargo, hay pocos estudios sobre el programa funcional y sus cambios en el tiempo. Hoy en día, no se sabe mucho acerca de la forma de vida dentro de las cabañas y casas de la época colonial en Sao Paulo, hasta porque, por desgracia, ya no tenemos una arquitectura existente así puede contar la historia de los primeros siglos de la ciudad. La metodología de esta investigación es bibliográfico y documental, basado en encuestas y trabajo de análisis en las áreas de arquitectura, urbanismo, sociología y antropología; y también en algunas figuras y fotografías.

Palabras-claves: Sao Paulo. Arquitectura colonial. Programa funcional.

Introdução

A configuração arquitetônica da moradia revela os aspectos da vida privada do morador, suas necessidades, detalhes da organização familiar, sua relação com a cidade onde mora, seu contato com culturas nacionais e estrangeiras e o uso de sua casa como forma de expressão social. A casa é a arquitetura mais íntima do homem, o seu abrigo e a construção cultural de uma determinada sociedade, manifestada na organização de seus ambientes, na disposição do mobiliário e pelos fragmentos da cultura material, exigidos conforme o seu programa de necessidades.

Por meio de uma metodologia de pesquisa bibliográfica e documental, este artigo tem como objetivo a análise do uso espacial das casas que foram vagarosamente formando o centro urbano da cidade de São Paulo durante todo o período colonial, isto é, entre os séculos XVI e a primeira metade do século XIX, principalmente com o foco nas casas da elite social da época: os sobrados dos grandes comerciantes e fazendeiros, construídos somente no final do período colonial. Este estudo descreve o contexto histórico do surgimento de São Paulo; o aparecimento das casas bandeiristas na área rural e as primeiras casas urbanas; a influência dos migrantes mineiros na arquitetura e nos costumes paulistanos; e a compreensão dos programas funcionais dos sobrados coloniais urbanos, pertencentes às famílias abastadas dos séculos XVIII e XIX, em uma fase de

ainda grande pobreza da cidade.

A urbanização da cidade com casebres e sobrados

No centro urbano de São Paulo, durante todo o período colonial, a quantidade de casas ao redor do colégio dos jesuítas e das igrejas foi aumentando vagarosamente, dando forma à região central. Os moradores da área urbana construíam normalmente casas mais simples que as rurais. As casas construídas por jesuítas para o abrigo de índios continuavam com um aspecto bem primitivo, feitas com paus roliços e telhado de palha, como as ocas, porém havia também casas em taipa de pilão e telhado com telhas de canal de cerâmica. Somente no século XVIII foram aparecer casas mais sofisticadas, pertencentes às famílias mais abastadas de São Paulo. Sendo assim, por todo o período colonial, foi sempre mais comum encontrar, na região urbana, casas de índios, mamelucos, tropeiros e aventureiros nômades, que construíam suas moradias propositalmente provisórias, que não lhes custava substituir por outras parecidas, depois de alguns poucos anos.

Os fazendeiros, durante o período colonial, foram preenchendo toda a área rural, com suas grandes propriedades e, com isso, o resto da população foi estabelecendo-se no centro urbano e em pequenas propriedades agrícolas próximas a ele.



Figura 1 - Representação da primeira cabana para abrigo dos jesuítas, construída em 1554. Na imagem pode ser vista uma técnica construtiva indígena bem simples, utilizando paus roliços e telhado de palha. Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/festas/anchie01.htm>. 31/03/2017.

Até o início do século XVIII, apesar do crescimento da região, São Paulo ainda era uma cidade pequena e rústica, sem ter uma contribuição relevante no desenvolvimento do país. Porém, já se percebiam algumas mudanças em relação à sociedade dos séculos anteriores. A figura do fazendeiro bandeirante, valente e dominador, foi dando lugar à do novo fazendeiro dos engenhos de açúcar nas áreas rurais e à do comerciante esperto e bom negociador no centro urbano da cidade (MORSE, 1970). Com o crescimento do comércio no século XVIII, a cidade passou a ser

habitada por diversos tipos de comerciantes: seleiros, ferreiros, sapateiros, marceneiros, artesãos, tecelões, entre muitos outros.

Os finais de semana e outras datas especiais de comemoração eram dias em que esses senhores de engenho e suas famílias visitavam o centro urbano da região. Passavam alguns dias em seus sobrados com o intuito de comprar sal, trigo, artigos manufaturados, roupas, escravos negros, bem como participar de eventos religiosos e políticos da região.

A casa rural e a migração mineira

Antes da chegada dos jesuítas, a arquitetura local, assim como em todo o país, era vernácula e indígena. A morada do índio na região caracterizava-se por algumas madeiras roliças estruturais fincadas na terra e outras funcionando como vigas definidoras de uma abóboda coberta de palha. Era a morada conhecida como oca, um espaço fresco e escuro, limitado por paredes com poucas e pequenas aberturas, mas com um sistema bem eficaz de ventilação. Esse modelo arquitetônico da moradia foi, aos poucos, sendo substituído pelo modelo conhecido hoje como “casa bandeirista”.

O professor e pesquisador Carlos Lemos costuma comparar a casa bandeirista a uma “esfinge semidecifrada” (LE MOS, 1999, p.20), pela dificuldade em se estudar sua

arquitetura e seus programas funcionais, devido aos poucos “restos arquitetônicos” incompletos que dela se têm ainda, além dos raros documentos em textos e desenhos que nos poderiam ajudar a compreendê-la melhor.

Mas, mesmo com essa escassez de dados, pode-se concluir que a casa bandeirista de São Paulo não teve quase nenhuma alteração desde o início do século XVI até a primeira metade do século XVIII, no aspecto da técnica construtiva, do partido arquitetônico e do programa funcional da casa. Essa observação é importante, pois demonstra que a sociedade dessa época passou mais de dois séculos por uma estabilidade sociocultural, econômica e tecnológica (LEMOS, 1999).

Os colonos brancos, moradores mais abastados de São Paulo no início do período colonial, chamados também de fazendeiros, tinham suas famílias grandes formadas pelo fazendeiro patriarcal, sua esposa, cerca de dez ou mais filhos, alguns agregados, hóspedes viajantes e escravos indígenas e negros. As escravas concebiam também, normalmente, filhos de seus senhores (MORSE, 1970).

Essas famílias, no século XVI, moravam em fazendas ao redor do centro urbano paulistano. Eram grandes propriedades rurais com ocupações bem fragmentadas, geralmente formadas pela construção principal, no modelo bandeirista, onde ficava a família do fazendeiro, e outras com funções diversas, dispersas pelo terreno: construções onde

dormiam os escravos, depósitos de vários tipos de cereais, paióis, moinhos de trigo ou milho, a área do monjolo, o galinheiro, o curral, a moenda, entre outras construções, conforme a necessidade dos serviços na fazenda.

Nessa época, as fazendas eram o abrigo principal da elite do planalto de Piratininga. Era na fazenda que a família morava e cuidava do seu plantio de subsistência e dos seus animais. Era ali que os fazendeiros recebiam os tropeiros e os acolhiam no quarto de hóspedes, e era também onde faziam trocas e compras debaixo do telhado dos alpendres das casas.

Essa hospitalidade dos fazendeiros significava muito mais que um ato bom e cordial, como diz Carlos Lemos: “Era uma obrigação social que garantia a sobrevivência da comunidade” (LEMOS, 1999, p.30). Porém, lembrando que esse fazendeiro de São Paulo tinha um caráter de “bicho do mato” desconfiado e era o chefe de uma grande família inserida em uma sociedade patriarcal rígida, ele não permitia que as mulheres ficassem no alpendre ou próximas de qualquer abertura da casa, expostas aos olhares dos “estranhos”, como eram chamados os visitantes desconhecidos da época. Isso justificava muito bem o desenho “fechado” da casa bandeirista, com a presença de suas alcovas e poucas aberturas de portas e janelas.

Nessas casas, o alpendre dava acesso também à capela, onde o fazendeiro recebia o padre para os eventos religio-

sos da família. A grande distância em relação ao centro urbano impedia a ida frequente à igreja, daí a capela ser um espaço comum e fundamental inserido no programa funcional da casa rural.

O centro urbano, nos séculos XVI e XVII, era desprezado pela população paulista, principalmente pela elite da sociedade. Porém, os fazendeiros passaram a construir suas casas também na área urbana para utilizá-las em ocasiões especiais, como festas religiosas ou reuniões políticas da Câmara Municipal. Nos outros dias, essas casas ficavam abandonadas, sem muita importância para eles. A elite da sociedade paulistana demorou a ter seus sobrados urbanos e, quando isso aconteceu, eles não surgiram com tanta exuberância, como alguns que já existiam em outras cidades do país.

O enriquecimento da classe social dos produtores de açúcar teve consequências em toda a região: o crescimento maior na área urbana da cidade e nas vilas ao redor, o aumento do consumo e das atividades dos comerciantes, a introdução do trabalho artesanal doméstico e o aumento da compra de escravos negros. Então, a partir da segunda metade do século XVIII, esse novo cenário passou a interessar também aos mineiros que, desiludidos com o esgotamento do ouro em suas terras, começaram a migrar para a região de São Paulo.

A mudança da função da fazenda bandeirista para o engen-

ho de açúcar e a instalação de grande número de mineiros no planalto provocaram algumas alterações na arquitetura rural, mas pouco na arquitetura das casas urbanas. Com a cultura mineira, chegou a São Paulo a técnica de construção em taipa de mão, ou pau a pique, já muito usada nas terras das Minas Gerais. Os mineiros trouxeram, também, o uso da estrutura de “gaiola”, pois haviam aprendido a execução dessa técnica com os engenheiros militares portugueses, que desenvolveram esse novo método estrutural para proteger melhor as edificações, depois do terrível terremoto ocorrido em Lisboa, no ano de 1755. Contudo, com o passar do tempo, as técnicas paulistas e mineiras misturaram-se, e muitas construções do final do século XVIII passaram a utilizar grossas paredes externas em taipa de pilão e paredes internas e divisórias em taipa de mão. Além dessas técnicas construtivas, com os mineiros apareceram, também, o forro de madeira, as sacadas mais salientes e o desenho curvo das vergas sobre as portas e janelas, quebrando um pouco o aspecto rude e de linhas rígidas bandeiristas dos sobrados e casebres urbanos da época.

O programa funcional das casas urbanas

A organização funcional dos ambientes nos casebres populares da área urbana era muito parecida para os moradores mais humildes da região. Aliás, era muito parecida em todo o país (REIS FILHO, 2011). Isso se explica pelo desenho es-

treito e comprido das casas e pela implantação de residências geminadas com telhados de duas águas no modelo urbano português. Era difícil fugir ao modelo padrão formado por uma sala de recepção, logo à entrada, acessível através da porta principal; um corredor que saía dessa sala e acessava os dormitórios sem janelas, chamados também de alcovas ou camarinhas; e, ao fundo, a varanda, espaço de transição para o quintal.

O programa funcional dos sobrados apresentava poucas diferenças em relação ao dos casebres. Os sobrados eram casas urbanas de propriedade dos fazendeiros e comerciantes abastados, com uma arquitetura que permitia que o morador deixasse todo o pavimento térreo para usá-lo como um estabelecimento comercial. Caso o morador não fosse um comerciante, deixava normalmente o espaço térreo vazio (REIS FILHO, 2011) pronto para acomodar seus escravos e seus animais. O acesso da rua à edificação era por algumas portas que se abriam para a loja e por outra porta, de onde saía um corredor lateral que ia até o fundo do terreno e também levava a uma escada que permitia o acesso ao pavimento superior. Nesse piso superior, outro corredor ligava a sala de visitas, localizada à frente da casa, e à varanda ou “sala de viver”, aos fundos. Anexo à varanda no piso superior ou sob um telheiro no quintal, havia um espaço destinado somente à preparação e cozimento dos alimentos, a cozinha. Na área central, entre a sala de visitas

e a varanda, o corredor era ladeado pelas portas de acesso às alcovas. Ao fundo do terreno, assim como nos casebres, ficava o quintal.

A sala de recepção, como era conhecida nos casebres, tinha a mesma função social da sala de visitas dos sobrados. Era nesse ambiente que se recebiam os amigos convidados e os visitantes “estranhos”, bem como o ambiente onde aconteciam as comemorações da família, os almoços e os jantares especiais.

A entrada nesses espaços da casa não permitia o acesso físico e visual do visitante ao setor privativo e de serviços da casa. Em dias de visitas, as mulheres recolhiam-se em suas alcovas ou na varanda, ao fundo da casa, para se esconderem dos olhos abusados dos visitantes “estranhos”.

Alguns comerciantes mais humildes, principalmente os artesãos, usavam a sala de recepção também como um espaço de trabalho. No entanto, os mais ricos tinham a condição de construir os seus sobrados e podiam separar melhor a área de trabalho da área social da casa.

Durante os três primeiros séculos de São Paulo, o interior das casas urbanas, bem como o das casas rurais, foram desprovidos de luxos e requintes. As casas tinham poucas mobílias, e as poucas que havia tinham prioridade em seu aspecto funcional, constituindo-se em: “caixas” de madeira, baús, poucas mesas e cadeiras, bufetes, catres ou cam-

as. Nas salas de visitas, apesar de seu caráter social, não havia mobiliários bonitos e luxuosos; porém, nos sobrados da cidade do final do século XVIII, já era comum encontrar um sofá com assento de palha e três ou quatro cadeiras dispostas em alas rigorosamente paralelas. Quando havia visitas das quais as mulheres podiam participar, os homens sentavam-se nas cadeiras, e as senhoras, nos sofás (BRUNO, 1991).

Os espaços dos casebres tinham o seu piso em terra batida. Os sobrados tinham o pavimento térreo também em terra batida, e o pavimento superior com um assoalho estruturado por grossos barrotes de madeira. A madeira preferida dos forros e assoalhos era, por sua durabilidade, a canela-preta.

As alcovas eram pequenas, abafadas e escuras. Por estarem no centro da casa, longe das portas e janelas, e pela necessidade do resguardo das moças e senhoras da casa, elas não eram ambientes agradáveis e tinham apenas as funções de descanso e resguardo. Essas alcovas tinham normalmente forros de madeira e, acima deles, funcionava um espaço de depósito da casa.

Em algumas casas urbanas, assim como nas rurais, havia alguns quartos para hóspedes. Nos sobrados, as alcovas e quartos de hóspedes ficavam no pavimento superior, e os quartos dos escravos sempre no piso térreo.

Era comum, até o século XVII, que as mulheres dormissem em catres e os homens, em redes. Na região de São Paulo, ainda uma região muito pobre nesse período colonial, as camas foram aparecer somente na segunda metade do século XVII, como símbolo de riqueza e poder (DONATO, 2005). As redes, influências do modo de vida dos índios, eram utilizadas não somente nas alcovas, mas, também, nas varandas das casas urbanas e rurais. Seus guinchos eram presos em estruturas de madeira separadas das paredes da casa, pois a taipa de pilão não era capaz de reter os pontos de fixação.

A varanda dessas casas era constituída por espaços grandes com, geralmente, o seu comprimento igual a toda a largura do terreno da casa. Tinha funções muito importantes, pois era não somente um espaço de transição, mas também de preparação e cozimento dos alimentos. Era, ainda, utilizada pela família como um ambiente de convivência, para sentar-se à mesa e alimentar-se no dia a dia, daí ser chamada também de “sala de viver”. Em alguns inventários pesquisados no período colonial, foram encontradas descrições de algumas tripeças² nessas varandas, principalmente nas casas rurais. Eram peças utilizadas no ato de cozer (LEMOS, 1999), e a sua montagem na varanda ou no quintal permitia

2. Na casa bandeirista, a “tripeça” costumava ser uma estrutura triangular de blocos de terra apoiados no chão, usada como base para as painéis de cerâmica.

que o cozimento dos alimentos não ocorresse em um local único da casa. Porém as varandas não possuíam nenhuma peça fixa de uso para o cozimento, como um fogão ou uma lareira (SAIA, 2012). Eram espaços de apoio à cozinha e deveriam ser ótimas para essa função devido à sua ventilação. Possuíam janelas voltadas ao quintal ou paredes bem vazadas, com somente um guarda-corpo de balaústres simples em madeira de canela-preta para proteção. Essa madeira, muito utilizada em todo o período colonial nas casas bandeiristas, passou, então, a ser muito rara no século XVIII. Daí para frente foi necessário o uso alternativo de madeiras inferiores na construção de casas, como, por exemplo, a peroba.

As varandas eram muito utilizadas pelas mulheres da casa, pois lá elas estavam protegidas e escondidas dos olhares de visitantes, um lugar de onde elas podiam vigiar as crianças nos quintais e também realizar muitos dos seus serviços domésticos.

O trabalho da mulher colonial, até o século XVIII, estava vinculado a tudo que era doméstico e familiar: administrar a casa, preparar alimentos, cuidar das crianças e vigiá-las, ou seja, enquanto o homem cuidava do exterior, ela cuidava de tudo que pertencia ao interior da casa. Tanto nas varandas das casas de engenho quanto nos sobrados urbanos da época era comum encontrar as senhoras, as mocinhas e as escravas reunidas ali para trabalhar ou conversar. En-

tretanto, nesses momentos, era normal que houvesse uma divisão espacial entre as mulheres brancas e as negras (LEMOS, 1999). Na varanda, sempre havia mesas e bancos de madeira, e lá se produziam artesanato caseiro, panos de algodão, roupas, redes, chapéus de feltro, sabão, óleo de combustível, xaropes, remédios e utensílios diversos para uso doméstico; preparavam-se doces e realizavam-se diversos outros trabalhos relacionados à produção de alimentos na cozinha.

No final do século XVIII, o cozimento de alimentos nas casas urbanas deixou de ser ambulante ou de acontecer fora do corpo da casa, como faziam os índios, e passou a ocorrer em um único local, a cozinha, sempre localizada ao lado da varanda, muitas vezes como um “puxado” da casa e sob um telheiro.

Os portugueses pouco contribuíram no desenho da cozinha paulista e na organização desse espaço dentro da casa colonial. Se os portugueses estavam acostumados ao uso do “fogão-lareira” dentro da casa para cozer seus alimentos e aquecer os ambientes, os índios estavam acostumados a montar suas fogueiras fora de suas ocas (LEMOS, 1976). Os índios faziam fogueiras dentro de suas ocas somente com a função de enfumaçar a área interna e expelir os insetos, mas a preparação dos alimentos acontecia sempre fora. Porém, como afirma Carlos Lemos em sua obra “Cozinhas, etc.” (1976), esse hábito não foi algo tão difícil de

ser absorvido pelos portugueses, pois eles já conheciam esse costume dos mouros de cozinhar ao relento nas terras ibéricas e, também, o calor tropical favorecia o retiro de qualquer aparelho de aquecimento da área central da casa.

Além disso, o serviço culinário estava diretamente ligado ao trabalho escravo, o que também favoreceu o maior afastamento possível da cozinha em relação à zona de habitação da casa colonial, principalmente, dos sobrados. Enquanto os casebres mantinham suas cozinhas dentro da casa, como um espaço de grande importância, os sobrados da elite social expulsavam a cozinha para o fundo da casa e pouco se preocupavam com a qualidade da construção desses ambientes. Suas paredes eram mal feitas e mal acabadas, bem diferentes do resto da casa. Enquanto o caipira mameluco se reunia para conversar com a família e seus amigos da cidade e do sertão, os colonos e os comerciantes ricos ignoravam a cozinha, utilizada somente por seus escravos.

Nessas cozinhas do século XVIII, podiam-se encontrar utensílios de ferro, latão, cobre, estanho, porcelana, madeira e alguns poucos em prata. Objetos em vidro ainda eram raríssimos (DONATO, 2005). Se os portugueses não contribuíram tanto na arquitetura e organização desse espaço, pelo menos trouxeram certos utensílios para a cozinha paulista e brasileira, além de contribuições ao cardápio.

Na cozinha, para os serviços de preparação dos alimentos

e limpeza dos utensílios, sempre foi indispensável a água. Por isso, era fundamental que fosse buscada em rios, riachos e chafarizes próximos e armazenada em potes para o uso diário. A limpeza de objetos da casa, em geral, era feita ao fundo da casa, no quintal, ao lado do “puxado” da cozinha. A água era guardada também para a higiene pessoal, feita em gamelas e grandes bacias de latão, principalmente nos banhos das mulheres e crianças, dentro de suas próprias alcovas. Os homens, na maioria das vezes, banhavam-se nos riachos da região.

No quintal, era comum haver a latrina ou “casinha”, um espaço pequeno, discreto e fechado, com um buraco no piso de terra para os moradores deixarem ali os seus dejetos.

Os quintais das casas urbanas eram áreas muito importantes aos moradores, pois representavam a raiz da vida rural dentro de sua propriedade. Eram áreas reservadas para hortas e pomares e, também, locais onde as crianças brincavam sob o controle de suas mães, dentro do perímetro da casa. Eram delineados por cercados, que preservavam os fundos da casa, protegendo suas plantações e impedindo que os seus animais fugissem (LEMOS, 1999).

A fragmentação dos espaços de serviço ao fundo dos sobrados transformou o quintal também em uma área de grande circulação dos escravos para a distribuição dos mantimentos, a preparação da farinha de mandioca e o tratamento dos animais domésticos. Era comum encontrar, no quintal,

construções avulsas com funções de depósito, despensa, galinheiro, quarto para os escravos e pequenas cozinhas.



Figura 2 - Estrutura padrão de um sobrado colonial (plantas do pavimento térreo, à esquerda, e do pavimento superior, à direita). Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011, p.29.



Figura 3 - Desenho em perspectiva do sobrado colonial apresentado na figura 2. Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011, p.29.



Figura 4 - Casa colonial térrea em taipa de pilão, localizada na Aldeia de Carapicuíba/SP, área construída pelo Padre José de Anchieta para proteção dos índios. Fonte: Autor (2013).

Entretanto, todas elas eram sempre mal feitas, escondidas e desprezadas pelos moradores dos sobrados.

A casa e a rua

Uma novidade que apareceu nos sobrados do século XVIII foram as sacadas ou balcões, peças que surgiram não somente por uma simples imposição do partido arquitetônico português, mas, principalmente, por uma nova necessidade de abertura à área externa de maneira segura, criando, as-

sim, um “posto de observação” voltado à rua.

O centro urbano foi crescendo e as ruas passaram a ter uma função mais ampla do que simplesmente uma via de transporte, tornando-se a área da cidade onde aconteciam os principais eventos públicos: festividades, procissões, julgamentos e enforcamentos. Além disso, as ruas começaram a ser muito mais usadas pela população como pontos de encontro no dia a dia.

No início do século XVIII, as ruas passaram a ter para a sociedade uma importância maior, inexistente nos dois séculos anteriores. Então, as ruas de terra, danificadas pelas águas das chuvas, sujas de lixo e excrementos de animais, repletas de ervas daninhas e cheias de buracos, começaram a incomodar a população e os vereadores da cidade. Cerimônias públicas e procissões eram prejudicadas pelo piso irregular e pela sujeira, e era difícil caminhar à noite pelas ruas, quase sem nenhuma iluminação e repletas de buracos. Dessa forma, o poder municipal e a sociedade preocuparam-se em cobrar um cuidado especial com essas áreas públicas. Os moradores passaram a ter um zelo maior pela parte da rua frontal à sua casa, enxergando-a como continuação de sua própria moradia e a Câmara Municipal determinou a pavimentação das vias públicas, inicialmente com pedras brutas (BRUNO, 1991). Como consequência desse novo significado das vias públicas, as sacadas começaram a surgir no século XVIII e passaram a ser interessantes como “postos de observação” do movi-

mento das ruas, da vida alheia e dos principais eventos da cidade que ali ocorriam. Passou a ser chique e atraente ter sacadas nas salas de visitas abrindo-se às ruas e, quanto mais importante e movimentada fosse a rua da casa, maior atração e interesse oferecia ao seu proprietário.

Em São Paulo, por todo o século XVIII, as sacadas foram construídas com piso de madeira, suportado por cachorros também de madeira, desenhados nas pontas dos grossos barrotes que formavam a estrutura para o assoalho do piso superior e saíam além do plano da fachada para suportar a sacada. Possuíam um guarda-corpo em madeira, preferencialmente a canela-preta, estruturado por balaústres ou treliças e, em algumas situações, suportando acima um painel de muxarabis, cobrindo todo o resto do vão até a altura do beiral.

O muxarabi era um anteparo de origem mourisca, trazido ao Brasil por portugueses ou espanhóis, formado por treliças de madeira para uma vedação que favorecia a circulação do ar e barrava os excessos dos raios solares e os olhares indiscretos dos transeuntes das ruas (MELLO, 1973). Dessa forma, os muxarabis permitiam aos moradores da casa, principalmente às mulheres, o uso da sacada como um “ponto de observação”, permitindo a visão de fora e impedindo a de dentro.

O uso de rótulas nas janelas e dos muxarabis em algumas sacadas indicava uma cerimônia social parecida com aquela

existente nos campos rurais da cidade, em que se usava o alpendre como um “filtro” para a casa. Esse padrão de sociabilidade caracterizava as tradições comportamentais daquela sociedade patriarcal e também se refletia nas roupas das mulheres de elite com a imagem retórica de ócio e pudor e com o uso de capas e véus resguardando as idas à igreja (MARINS, 2001, p.73).

Frequentemente, entretanto, as mulheres não se mostravam, nem à mesa, diante dos hóspedes masculinos; saíam à rua sob a vigilância masculina, e usualmente para fins religiosos. Com poucas soirées e sem as rajadas de manias e modas estrangeiras a soprarem pela cidade, as moças casavam-se com apenas 13 a 14 anos e ocupavam-se em casa a fazer bordados, rendas, doces, e à noite, a tocar violão e cantar (MORSE, 2001, p.60 e 61).

O sistema patriarcal queria as mulheres, sobretudo as moças, as meninas, as donzelas, dormindo nas camarinhas ou alcovas de feitio árabe: quartos sem janela, no interior da casa, onde não chegasse nem sequer o reflexo do olhar pegajento dos *donjuans*, tão mais afoitos nas cidades que no interior. Queria que elas, mulheres, pudessem espiar a rua, sem ser vistas por nenhum atrevido: através das rótulas, das gelosias, dos ralos de convento, pois só aos poucos é que as varandas se abriram para a rua e apareceram os palanques, esses mesmos recatados, cobertos de trepadeiras (FREYRE, 2004, p.317).



Figura 5 - Janela com verga curva e guarda-corpo trelçado (Santana de Parnaíba/SP). Fonte: Autor (2013).

Além das sacadas, era também comum encontrar nas fachadas, principalmente dos sobrados, os mirantes. Eram pequenas janelas situadas abaixo dos frechais, sob os beirais voltados à rua, vãos característicos da arquitetura bandeirista.

Considerações finais

Em relação ao programa funcional, os sobrados paulistanos, até o final do século XVIII, foram mostrando divisões mais definidas, ainda que não muito rígidas: os setores social,

privativo e de estar-serviço, sendo este último referente às varandas e ao quintal, que funcionavam para a vida cotidiana dos moradores e também para o uso dos escravos. O setor privativo ficava no eixo central de circulação da casa.

Nos sobrados, essa setorização funcional foi uma novidade na época em relação às casas anteriores, mostrando uma preocupação um pouco maior na organização da casa, pois tanto os casebres mais simples quanto as antigas ocas não se preocupavam com a divisão das funções da casa. A segregação e o resguardo da mulher da elite social, somados à convivência de dois extremos das classes sociais sob o mesmo telhado, favoreceram essa organização padrão, que ainda é encontrada, de forma muito semelhante, na arquitetura da residência atual.

Porém, apesar de ter um desenho bem mais claro e definido nos sobrados, essa setorização aparecia também em alguns casebres e de forma não tão diferente. Na verdade, a diferença entre a casa das famílias abastadas e a casa de famílias mais modestas manifestava-se nitidamente no tamanho da construção e no número de móveis, isto é, de forma quantitativa e pouco qualitativa. O fato de aquela sociedade ter vivido por mais de dois séculos isolada no planalto e fechada em um modo de vida patriarcal, transmitido de geração a geração, impediu que os paulistanos, até o início do século XVIII, buscassem algo novo, independentemente de sua condição financeira. Para os abasta-

dos ou não, as paredes externas da casa eram construídas em taipa de pilão, que já limitava e definia o desenho da casa em muitos aspectos do partido arquitetônico. Dentro dela, redes, catres, caixas, baús e tripeças eram encontrados como equipamentos comuns e necessários a todas as famílias. O diferencial caracterizava-se pelas quantidades. Até então, São Paulo não era uma cidade rica, o que também contribuía para que houvesse um modo de vida muito parecido em toda a sociedade daquela época.

A vida cotidiana dentro da casa ocorria, praticamente, em um único pavimento. Tanto em casas térreas como em sobrados, a vida social, a privativa e os serviços aconteciam no mesmo piso, característica típica do período colonial. Nos sobrados, a adição de mais um pavimento favorecia uma separação maior dos espaços de uso diário da família e de acomodação dos escravos. O sobrado também favorecia ainda mais o resguardo das mulheres da casa, pois a presença cotidiana da mulher na casa ocorria na varanda, na cozinha e nas alcovas, ambientes protegidos ao fundo do terreno e suspensos no andar superior. O piso térreo era utilizado somente pelos homens da casa e pelos escravos.

Assim, o programa funcional das casas coloniais urbanas refletia, de forma muito fiel e verdadeira, a cultura e as características gerais de uma sociedade patriarcal, modesta, livre de luxos e de outros interesses, senão aqueles transmitidos por seus antecessores e já inseridos no cotidiano da região isolada do planalto.

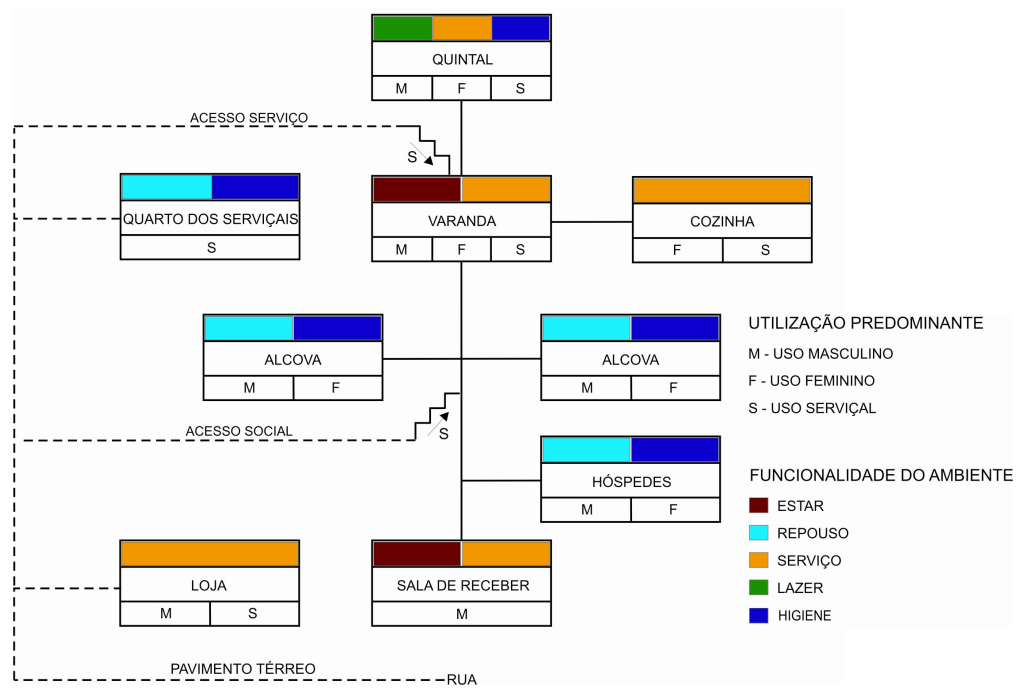


Figura 6 - Organograma funcional padrão do sobrado colonial. Fonte: Autor (2013).

Referências

BRUNO, Ernani Silva. **Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo – Vol. 1, 2 e 3**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

DONATO, Hernani. **História dos Usos e Costumes do Brasil**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos – Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano**. São Paulo: Editora Global, 2004.

LEMOS, Carlos. **Casa Paulista: História das Moradias Anteriores ao Ecletismo Trazido pelo Café**. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. **Cozinhas, etc: Um Estudo Sobre as Zonas de Serviço da Casa Paulista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

_____. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 1996.

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula – Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, Séculos XVII a XX**. São Paulo: Editora Humanitas, 2001.

MELLO, Eduardo Kneese de Mello. **A Herança Mourisca da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973.

MORSE, Richard. **Formação Histórica de São Paulo – da comunidade à metrópole**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

Recebido em: 23/07/2016

Aprovado em: 17/03/2017

